

Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras: a experiência do período 1980/96

Thompson Almeida Andrade
Angela Moulin Simões Penalva Santos*
Rodrigo Valente Serra

1. Introdução

As cidades médias brasileiras apresentaram um dinamismo demográfico considerável nas últimas décadas. Entre 1970 e 1996, essas cidades experimentaram um ritmo de crescimento superior ao observado para o conjunto dos centros urbanos do país, tendo ampliado a sua participação na população urbana de cerca de 9% para 14% nesses 26 anos. Neste trabalho, o termo cidades médias refere-se ao conjunto dos centros urbanos (não-capitais e não-metropolitanos) com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, segundo o Censo Demográfico de 1991.¹

Acredita-se que parte significativa do dinamismo demográfico exibido por essas cidades deve-se à contribuição dada pelos saldos migratórios a esse crescimento. Por isso, um dos objetivos deste trabalho é mensurar a importância do componente migratório na expansão populacional observada nas mesmas.

A importância dessa mensuração se liga ao interesse em verificar em que medida se materializaram as expectativas vigentes na década de 70 de que as cidades médias pudessem atuar como verdadeiros “diques”

* Professora da Faculdade de Ciências Econômicas da Uerj e pesquisadora do Prociência/Uerj.

1 Para uma análise do desempenho das cidades médias em termos demográficos, ver Andrade e Serra (1998a). Deve-se esclarecer, de imediato, que, embora o estudo faça uso do termo “cidade média”, o contingente migratório estudado refere-se ao total do município, incluindo, assim, os imigrantes que se dirigiram para as áreas rurais dos municípios onde as cidades médias estão situadas. Tal opção, além de poupar esforços para a construção da base de dados, pode ser sustentada pela própria tradição dos estudos geográficos e de economia regional, que procuram tomar a cidade em conjunto com sua região de influência mais ou menos imediata, isto é, como parte integrante de uma relação cidade-região, que, a princípio, não pudesse ser desmembrada. Sobre a tradição dos estudos regionais, ver o item Bases Teóricas dos Estudos Regionais, em IPEA/IBGE/Nesur (1999). A listagem das cidades médias estudadas pode ser vista no diagrama que é apresentado mais adiante.

para os fluxos migratórios, oferecendo uma alternativa de atração locacional para os mesmos, desviando-os da sua orientação em direção aos grandes centros metropolitanos.

Outro objetivo deste estudo, associado ao interesse em analisar os fluxos migratórios dirigidos para as cidades médias, é pesquisar a forma pela qual os imigrantes foram absorvidos no mercado de trabalho urbano desses centros. A intenção, portanto, é verificar se houve alguma diferença na forma pela qual o imigrante das cidades médias integrou-se nesse mercado, *vis-à-vis* a integração obtida pelo imigrante nas regiões metropolitanas.

Essa comparação visa verificar se o mercado de trabalho nas cidades seria mais receptivo aos imigrantes, oferecendo menor resistência à absorção dos mesmos do que aquela presente nas áreas metropolitanas. O dinamismo produtivo das cidades médias pode ter abrandado a resistência na absorção de imigrantes na medida em que esses trabalhadores possam ter suprido a demanda de mão-de-obra requerida pelo seu crescimento, melhorando a remuneração paga aos mesmos, aumentando a sua taxa de ocupação e inserindo um maior contingente deles no mercado formal.²

A estrutura deste trabalho segue estas duas linhas de objetivos. Na Seção 2 reporta-se ao dimensionamento dos fluxos migratórios nas cidades médias e faz-se uma análise das suas características. A Seção 3 examina a questão da integração dos imigrantes nos mercados de trabalhos dessas cidades e das áreas metropolitanas, fazendo uma análise dos seus rendimentos, da sua taxa de ocupação e da sua inserção no mercado formal. A Seção 4 faz uma síntese dos resultados obtidos e aponta algumas linhas para estudo futuro.

2 Ver em Andrade e Serra (1998b) as elevadas taxas anuais de crescimento do pessoal ocupado nessas cidades no período 1970/91.

2. Dimensão dos fluxos migratórios das cidades médias³

Foi grande a participação das cidades médias no movimento migratório de pessoas no período 1980/91. Do total de 7,3 milhões de imigrantes detectados nessas cidades e nas regiões metropolitanas, perto de 45% se instalaram nos centros de porte intermediário, ou seja, 3,3 milhões.⁴ Esses valores mostram ainda como foram importantes os fluxos em direção às regiões metropolitanas nacionais, mas, por outro lado, explicitam a força de atração das cidades médias, mostrando que elas foram uma alternativa de orientação bastante significativa para esses fluxos.⁵ A Tabela 1 detalha esses números segundo a localização regional dessas cidades e por região metropolitana.

Entre as cidades médias, certamente as de maior importância, em termos de atração de imigrantes, estão os centros urbanos de São Paulo; entre as regiões metropolitanas, o maior fluxo migratório foi o orientado para a de São Paulo, sendo, portanto, inegável o predomínio de São Paulo como área de atração para imigrantes. Deve-se enfatizar, entretanto, que as cidades médias do Sudeste chegaram a atrair mais imigrantes (cerca de 1,7 milhão) que a própria região metropolitana paulista (1,5 milhão), o que pode ser considerado como importante em termos da função esperada de *dique* desses centros.

A mesma tabela mostra como o total de imigrantes se distribuiu percentualmente entre as cidades médias e as regiões metropolitanas, e também as

3 O objetivo original desta seção era mensurar os fluxos migratórios que se dirigiram para nove regiões metropolitanas e cidades médias brasileiras, desmembrando os referidos núcleos urbanos segundo suas localizações regionais e desagregando o contingente migratório segundo a situação (urbana ou rural) da origem do imigrante (na última etapa migratória) e segundo o alcance dos deslocamentos (intra-estadual, intra-regional e inter-regional). Contudo, para o período 1991/96, nem todos esses desmembramentos analíticos foram possíveis, uma vez que a análise desse período foi baseada em informações da Contagem Populacional de 1996, cujo questionário não abrangeu: o município de origem do imigrante, a sua situação no local de origem (se urbana ou rural) e as variáveis utilizadas na Seção 3 para investigação da absorção dos imigrantes no mercado de trabalho dos núcleos urbanos em estudo (taxa de ocupação, posse de carteira de trabalho e rendimento). Portanto, ao contrário do originalmente pretendido, as abordagens foram diferenciadas em função dos períodos considerados: 1981/91 e 1991/96. Tais diferenças serão relatadas no decorrer da análise.

4 Os imigrantes considerados neste trabalho, bem como suas características investigadas, referem-se à população com menos de 10 anos de residência no município em que residia à época do recenseamento. Trata-se, portanto, de uma investigação sobre a última etapa de migração, e não das trajetórias completas dos imigrantes.

5 Deve-se notar que as cidades médias não-metropolitanas totalizam 81 municípios, enquanto as regiões metropolitanas agregam 161 municípios. Apesar de conter uma quantidade de municípios que é metade, as cidades médias tiveram um contingente de imigrantes apenas 8 pontos percentuais inferior ao das regiões metropolitanas.

Tabela 1

Quantidade de imigrantes diretos nas cidades médias (CMs) e regiões metropolitanas (RMs), distribuição percentual do total de imigrantes e distribuição percentual de municípios e da população — período 1981/91

CMs e RMs	IMIGRANTES DIRETOS		NÚMERO DE MUNICÍPIOS	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE MUNICÍPIOS DE A E B (%)	POPULAÇÃO DE 1980	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO DE 1980 DE A E B (%)
	QUANTIDADE	% DO TOTAL (A + B)				
(A) CMs	3.273.225	45,1	81	33,5	14.039.309	29,0
Do Norte e Centro-Oeste	403.207	5,6	8	3,3	822.994	1,7
Do Nordeste	501.357	6,9	13	5,4	2.468.982	5,1
Do Sul	632.075	8,7	17	7,0	2.953.096	6,1
Do Sudeste	1.736.586	23,9	43	17,8	7.794.237	16,1
RJ, MG, ES	685.016	9,4	18	7,5	3.485.622	7,2
SP	1.051.569	14,5	25	10,3	4.308.616	8,9
(B) RMs	3.986.078	54,9	161	66,5	34.372.103	71,0
Belém	156.773	2,2	2	0,8	1.016.640	2,1
Fortaleza	299.842	4,1	9	3,7	1.597.577	3,3
Recife	221.361	3,0	13	5,4	2.372.159	4,9
Salvador	270.226	3,7	10	4,1	1.791.222	3,7
Belo Horizonte	372.467	5,1	20	8,3	2.614.216	5,4
Rio de Janeiro	499.395	6,9	20	8,3	8.762.466	18,1
São Paulo	1.520.505	20,9	39	16,1	12.586.967	26,0
Curitiba	292.423	4,0	18	7,4	1.452.342	3,0
Porto Alegre	353.086	4,9	30	12,4	2.275.336	4,7
Total (A + B)	7.259.303	100,0	242	100,0	48.411.412	100,0

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 1991, do IBGE.

distribuições respectivas da quantidade de municípios e da população desses dois grupos de cidades. Se for feita a hipótese, certamente irreal, de que os municípios e as regiões metropolitanas têm igual chance de atrair imigrantes, ou seja, de que a probabilidade de cada uma delas é igual a $1/242$,⁶ poder-se-ia imaginar que 33,5% dos 7,3 milhões de imigrantes (cerca de 2,4 milhões) teriam sido atraídos para as cidades médias no período considerado. Verifica-se na Tabela 1, entretanto, que essas cidades atraíram um adicional de 0,8 milhão de imigrantes, o que configura que as mesmas carregaram um potencial de atração desses fluxos que fica acima da mera chance.

É interessante observar que foi generalizada a maior participação relativa das cidades médias no total de imigrantes desses dois grupos de cidades em relação à distribuição do número de cidades. Já no caso das regiões metropolitanas, o que aconteceu foi um desempenho misto: o contrário aconteceu para seis delas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre), enquanto para as regiões de Belém, Fortaleza e São Paulo sua participação relativa no total de imigrantes ficou também acima da mera chance, como as cidades médias. Verifica-se, entretanto, que o efeito líquido para as regiões metropolitanas foi uma participação relativa menor das mesmas no total de imigrantes (54,9% contra 66,5%), o que explica a “cessão” dos 0,8 milhão de imigrantes para as cidades médias já mencionada.

Se a chance de atrair imigrantes estivesse associada à dimensão populacional dos municípios ou a qualquer variável correlacionada com o tamanho demográfico dos mesmos, o total de imigrantes teria se distribuído de acordo com os percentuais mostrados na coluna da direita da Tabela 1. Comparando-se as duas distribuições relativas, a dos imigrantes e a da população, verifica-se a mesma situação descrita anteriormente, qual seja, a da persistência das cidades médias absorvendo um quantitativo de imigrantes superior ao que teria ocorrido naquele período, se o fluxo migratório fosse induzido pelo tamanho populacional ou por qualquer outra variável a ele associada. Para as regiões metropolitanas repete-se a situação anterior, com a diferença de que agora aquelas que tiveram uma participação relativa maior na imigração são as mesmas Belém e Recife, mas havendo uma troca de São Paulo por Curitiba. Deve-se notar

⁶ A quantidade de 242 é a soma das 81 cidades médias com as 161 cidades componentes das regiões metropolitanas do país.

que, nesse caso, houve um ganho de cerca de 1,2 milhão de imigrantes para as cidades médias, cedidos pelas regiões metropolitanas.

Para o período mais recente, isto é, 1991/96, a análise da atratividade de fluxos migratórios pelos centros urbanos nacionais teve de ser construída de forma diferente, admitindo algumas limitações em comparação ao período 1981/91. Como a mensuração dos fluxos migratórios do período mais recente foi resultado da contagem populacional realizada em 1996, não foi possível verificar o contingente migratório para as regiões metropolitanas, mas tão-somente para as metrópoles, isto porque, diferentemente dos censos demográficos, a contagem populacional não indagou o município de origem do imigrante. Tal restrição não permite diferenciar os fluxos populacionais, nada desprezíveis, que ocorrem no interior das regiões metropolitanas, daqueles movimentos migratórios de origem externa das regiões metropolitanas.⁷ Portanto, na Tabela 2 o que se está comparando é a atratividade das cidades médias *vis-à-vis* a de nove metrópoles nacionais.

De início, o que se destaca na Tabela 2 é o fato de as cidades médias terem absorvido 56,9% do total dos imigrantes (das metrópoles e cidades médias) no período 1991/96, enquanto a participação dessas cidades na população total de 1991 era de 40,8%. Já as metrópoles, que detinham 59,2% da população em 1991, absorveram 43,1% do total de imigrantes do período 1991/96. Tal fato mostra claramente como foi importante o papel das cidades médias como absorvedoras dos fluxos migratórios no primeiro quinquênio dos anos 90.

Certamente que a impossibilidade material de contabilizar os fluxos migratórios das regiões metropolitanas nesse período pode ter um efeito de superestimação da importância relativa das cidades médias como pólos de atração durante o período 1991/96. Contudo, embora possa existir esse efeito de superestimação, a análise comparativa do crescimento populacional (crescimento vegetativo + saldo migratório) entre as cidades médias e regiões metropolitanas realizada em outro recente estudo mostra não haver dúvidas quanto à maior atratividade das primeiras em relação às segundas [ver Andrade e Serra (1998a)].

7 Pelo Censo de 1991, sendo possível identificar o município de origem dos imigrantes do período 1981/91, conseguiu-se subtrair do total de imigrantes das regiões metropolitanas toda a mobilidade espacial que ocorria no interior destas.

Tabela 2

Quantidade de imigrantes diretos nas cidades médias (CMs) e metrópoles, distribuição percentual do total de imigrantes e distribuição percentual da população — período 1991/96

CMs E METRÓPOLES	IMIGRANTES DIRETOS		TOTAL DE MUNICÍPIOS	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE MUNICÍPIOS DE A E B (%)	POPULAÇÃO EM 1991	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO DE 1991 DE A E B (%)
	QUANTIDADE	% DO TOTAL (A + B)				
(A) CMs	1.585.344	56,9	81	90,0	18.019.426	40,8
Do Norte e Centro-Oeste	203.882	7,3	8	8,9	1.504.585	3,4
Do Nordeste	225.247	8,1	13	14,4	2.762.885	6,3
Do Sul	307.618	11,0	17	18,9	4.522.048	10,2
Do Sudeste	848.597	30,5	43	47,8	9.229.908	20,9
RJ, MG, ES	352.232	12,7	18	20,0	3.673.557	8,3
SP	496.365	17,8	25	27,8	5.556.351	12,6
(B) Metrópoles	1.198.966	43,1	9	10,0	26.112.380	59,2
Belém	49.256	1,8	1	1,1	1.244.689	2,8
Fortaleza	87.787	3,2	1	1,1	1.768.637	4,0
Recife	53.211	1,9	1	1,1	1.298.229	2,9
Salvador	84.790	3,0	1	1,1	2.075.273	4,7
Belo Horizonte	107.355	3,9	1	1,1	2.020.161	4,6
Rio de Janeiro	145.763	5,2	1	1,1	5.480.768	12,4
São Paulo	467.139	16,8	1	1,1	9.646.185	21,9
Curitiba	136.357	4,9	1	1,1	1.315.035	3,0
Porto Alegre	67.308	2,4	1	1,1	1.263.403	2,9
Total (A+B)	2.784.310	100,0	90	100,0	44.131.806	100,0

Fontes: Censo Demográfico de 1991 e Contagem Populacional de 1996, do IBGE.

Entre as cidades médias, somente aquelas pertencentes à região Sul participaram do rateio dos imigrantes em proporção (11%) próxima à participação dessas no rateio populacional de 1991, que foi de 10,2%. Os demais grupos regionais de cidades médias tiveram uma participação na distribuição dos imigrantes em proporções bastante acima de suas participações no rateio da população, destacando-se as oito cidades das regiões Norte e Centro-Oeste. Essas cidades, sustentando uma dinâmica de atração já observada no período anterior, absorveram 7,3% do total dos imigrantes do período 1991/96, enquanto detinham, em 1991, 3,4% do total da população, o que nos fornece mais um retrato do deslocamento espacial da fronteira territorial de ocupação brasileira.

Entre as metrópoles, somente Curitiba atraiu um contingente de imigrantes superior àquele que seria atraído se as imigrações fossem proporcionais ao tamanho populacional dos núcleos urbanos considerados: em 1991, Curitiba, que detinha 3% da população estudada, atraiu 4,9% de todo o contingente migratório considerado para o período 1991/96.

Sabe-se que os municípios são, ao mesmo tempo, áreas de atração e de expulsão de população: funcionam como centros de atração de pessoas que enxergam neles oportunidades de ascensão social, e como centros de expulsão, para aquelas que não conseguiram materializar essa expectativa ou que estão em busca de novas oportunidades em outras áreas. Assim, ao mesmo tempo que se pode observar fluxos migratórios que tenham se orientado para as cidades médias no período 1980/91, também podem ser quantificados fluxos emigratórios originados nesses centros que buscam localização em outras partes do território nacional. A Tabela 3 registra o saldo migratório (imigração – emigração) para as cidades médias e para as regiões metropolitanas no período em análise. A tabela, além de relacionar esses saldos migratórios para cada um dos grupos de municípios, registra também as distribuições relativas desse saldo e do fluxo migratório. Ao fazer isso, podemos comparar a capacidade de retenção de população das cidades médias e das regiões metropolitanas no período.

Os valores mostrados na Tabela 3 evidenciam que, de forma agregada, as cidades médias e as regiões metropolitanas no período 1980/91 receberam mais migrantes do que os enviaram para outras áreas, já que o saldo migratório é positivo para todos os grupos que aparecem nessa tabela. Deve ser notada a grande participação que as cidades médias tiveram no total do saldo migratório: de aproximadamente 2,9 milhões de pessoas que vieram se somar às populações de 1980 dessas cidades e

Tabela 3

Saldo migratório para as cidades médias (CMs) e regiões metropolitanas (RMs), distribuição percentual do saldo total e distribuição percentual da imigração total — período 1980/91

CMs e RMs	SALDO MIGRATÓRIO		PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE IMIGRAÇÃO DE A E B (%)
	QUANTIDADE	% DO TOTAL	
(A) CMs	1.368.831	47,3	46,1
Do Norte e Centro-Oeste	296.720	10,3	5,8
Do Nordeste	79.070	2,7	7,1
Do Sul	148.784	5,1	8,8
Do Sudeste	844.257	29,2	24,4
RJ, MG, ES	287.370	9,9	9,6
SP	556.887	19,2	14,8
(B) RMs	1.525.353	52,7	53,9
Belém	71.049	2,5	2,2
Fortaleza	197.472	6,8	4,1
Recife	134.483	4,6	3,1
Salvador	176.388	6,1	3,6
Belo Horizonte	233.462	8,1	5,1
Rio de Janeiro	26.993	0,9	6,7
São Paulo	267.032	9,2	20,4
Curitiba	207.501	7,2	4,0
Porto Alegre	210.965	7,3	4,7
Total (A + B)	2.894.186	100,0	100,0

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 1991, do IBGE.

daquelas das regiões metropolitanas, quase 1,4 milhão, praticamente a metade, se estabeleceram nos centros de porte intermediário. A outra metade se adicionou ao crescimento das regiões metropolitanas, tradicional orientação dos fluxos de imigração. Para o caso das cidades médias, fica clara a importância das nortistas/nordestinas e das paulistas, já que

tiveram uma participação maior no saldo migratório total (10,3% e 19,2%, respectivamente) do que sua participação no total da imigração (5,8% e 14,8%). Em termos absolutos, verifica-se que as cidades médias do Sudeste foram responsáveis por mais de 800 mil pessoas no saldo migratório de 1,4 milhão, com 1/3 aproximadamente sendo absorvido por cidades do conjunto Minas Gerais + Rio de Janeiro + Espírito Santo e o restante de São Paulo.

Uma forma de se mensurar a importância dos saldos migratórios é quantificar a sua contribuição no crescimento populacional observado no período, como mostra a Tabela 4. Conforme se pode ver nessa tabela, praticamente 30% do crescimento demográfico das cidades médias deveram-se ao efeito líquido das imigrações que para lá se orientaram, com particular intensidade (quase 50%) para as situadas no Norte e no Centro-Oeste. Certamente, no caso dessas duas regiões, a importância das imigrações deveu-se à expansão da fronteira agrícola e à exploração dos recursos naturais nas mesmas, o que motivou o grande desenvolvimento dessas regiões. A tabela mostra ainda que, para as cidades médias do Sudeste, as imigrações também foram uma grande fonte do seu crescimento populacional, sendo que os saldos migratórios das cidades médias do conjunto Minas Gerais + Rio de Janeiro + Espírito Santo e de São Paulo corresponderam a mais de 30% do seu aumento populacional entre 1980 e 1991. Observando-se o que, de forma correspondente, ocorreu nas regiões metropolitanas no mesmo período, verifica-se que em geral para essas regiões a importância dos fluxos migratórios para aquele aumento foi parecida, da ordem de 30% a 40%. As exceções foram as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro (10% e perto de 3%, respectivamente), provavelmente devido à grande escala dessas metrópoles.

A Tabela 4 também mostra os pontos percentuais de acréscimo nas taxas de crescimento populacional dessas cidades, no período em análise, em função dos fluxos migratórios. Em termos médios, essas cidades tiveram um aumento de 10 pontos percentuais na sua taxa, enquanto para as regiões metropolitanas a contribuição média foi de apenas quatro pontos. Essas médias, entretanto, escondem contribuições mais decisivas, como *a*) o caso das cidades médias do Norte/Centro-Oeste (aumento de 36 pontos percentuais), para as quais o saldo migratório dobrou sua taxa de crescimento; e *b*) as paulistas, para as quais o aumento nas taxas foi de cerca de 13 pontos percentuais. Para o caso das regiões metropolitanas, houve aumentos bastante significativos, da ordem de 25% ou mais, para praticamente todas elas, exceto as regiões metropolitanas do Rio e de São Paulo.

Tabela 4

Participação do saldo migratório (imigrantes diretos menos emigrantes) no crescimento populacional das cidades médias (CMs) e regiões metropolitanas (RMs), taxa de crescimento populacional e pontos percentuais de aumento nessa taxa devido ao saldo migratório — período 1980/91

CMs E RMs	SALDO MIGRATÓRIO (A)	ACRÉSCIMO POPULACIONAL (B)	PARTICIPAÇÃO DO SALDO NO ACRÉSCIMO (A/B) (%)	TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL (%)	PONTOS PERCENTUAIS DE AUMENTO NA TAXA
(A) CMs	1.368.831	4.591.634	29,8	33	10
Do Norte e Centro-Oeste	296.720	606.973	48,9	73	36
Do Nordeste	79.070	737.325	10,7	30	3
Do Sul	148.784	790.720	18,8	27	5
Do Sudeste	844.257	2.456.616	34,4	32	11
RJ, MG, ES	287.370	945.105	30,4	27	8
SP	556.887	1.511.511	36,8	35	13
(B) RMs	1.525.353	8.277.933	18,4	24	4
Belém	71.049	333.558	21,3	33	7
Fortaleza	197.472	723.579	27,3	46	12
Recife	134.483	524.115	25,7	22	6
Salvador	176.388	726.642	24,3	41	10
Belo Horizonte	233.462	822.235	28,4	32	9
Rio de Janeiro	26.993	1.024.233	2,6	12	0
São Paulo	267.032	2.820.209	9,5	22	2
Curitiba	207.501	558.181	37,2	39	14
Porto Alegre	210.965	745.181	28,3	33	9
Total (A+B)	2.894.186	23.098.966	12,5	48	6

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 1991, do IBGE.

O saldo migratório é uma medida cujo valor pode resultar de enormes diferenças entre os fluxos migratórios. Duas cidades podem apresentar saldos migratórios idênticos, por exemplo, de 10 mil habitantes. Porém, uma pode se referir à diferença entre 310 mil imigrantes e 300 mil emigrantes, enquanto a outra, num cenário de grande estagnação, tenha atraído 15 mil pessoas e expulsado outras 5 mil. Para não se trabalhar apenas com o saldo migratório, será interessante fazer uma análise que leve em conta as diferenças nas taxas de imigração e emigração dessas cidades. Será possível, daí, se falar em cidades médias como aquelas que apresentam “forte atração”, “cidades emissoras”, “cidades estáveis” ou “cidades de passagem”, por exemplo.

O conhecimento do contingente emigratório e, conseqüentemente, da taxa de emigração nos informa sobre as frustrações vividas pelos residentes das áreas em estudo ou, ainda, a ocorrência de áreas dinâmicas vizinhas que estejam atraindo seus residentes. O lapso temporal existente entre a dinâmica de crescimento econômico de uma região e os movimentos migratórios atraídos por oportunidades criadas nessa mesma região pode gerar uma defasagem na resposta dos migrantes ao ponto de haver cessado o dinamismo econômico da região sem que tenha diminuído o fluxo de entrada de migrantes. O resultado desses movimentos migratórios defasados pode ser o de motivar uma posterior etapa migratória, a fim de sanar as frustrações vividas pelos imigrantes que se dirigiram para esses centros na esperança de oportunidades de emprego, na verdade, inexistentes. E, é claro, a saída, tanto de naturais como de migrantes rumo a outras regiões, pode tanto expressar uma queda absoluta da economia do centro em análise (fatores de estagnação) como uma perda relativa na dinâmica de crescimento em virtude da concorrência alhures de centros de maior dinamismo (fatores de atração).

Elaborando-se uma matriz que relacione taxas altas, médias e baixas de imigração e emigração das cidades médias e regiões metropolitanas, foram criados nove grupos de cidades, dos quais quatro são os que despertam maior interesse. A classificação utilizada, apresentada no diagrama a seguir, foi montada a partir dos quartis da distribuição de frequência das taxas de imigração e de emigração na década de 80. A classificação *baixa* aglutina 25% das cidades com as menores taxas, a classificação *média* corresponde a 50% das cidades em torno da mediana e as classificadas como *alta* abrangem 25% das cidades de maiores taxas.

Classificação das cidades médias e regiões metropolitanas segundo taxas de imigração e emigração para a década de 80

		EMIGRAÇÃO/IMIGRAÇÃO		
		BAIXA	MÉDIA	ALTA
Baixa	Recife		Belém	Sobral
	Salvador		São Paulo	Teófilo Otoni
	Rio de Janeiro		Santarém	Jundiá
	Belo Horizonte		Jequié	Lajes
	Porto Alegre		Cachoeiro do Itapemirim	
	Nova Friburgo		Taubaté	
	Petrópolis		Barra Mansa/Volta Redonda	
	Campos		Ponta Grossa	
	Divinópolis		Uruguaiana	
	Pelotas/Rio Grande			
Média	Fortaleza		Mossoró	Arapiraca
	Curitiba		Caruaru	Juazeiro do Norte/Crato
	Franca		Parnaíba	Itabuna/Ilhéus
	Piracicaba		Campina Grande	Vitória da Conquista
	Mogi-Guaçu		Feira de Santana	Governador Valadares
			Juiz de Fora	Timóteo/Ipatinga/Coronel Fabriciano
			Sete Lagoas	Presidente Prudente
			Poços de Caldas	Americana
			Uberaba	Santos
			Montes Claros	Londrina
			Guarujá	Guarapuava
			São Carlos	Passo Fundo
			Rio Claro	

(continua)

(continuação)

EMIGRAÇÃO/IMIGRAÇÃO			
	BAIXA	MÉDIA	ALTA
Média		Jacareí	
		São José dos Campos	
		Ribeirão Preto	
		Sorocaba	
		Araraquara	
		Limeira	
		Araçatuba	
		Marília	
		Blumenau	
		Itajaí	
		Joinville	
		Caxias do Sul	
		Santa Maria	
		Criciúma	
Alta	Aparecida de Goiânia	Juazeiro/Petrolina	Cascavel
	Várzea Grande	Anápolis	Marabá
	Luziânia	Cariacica	Maringá
	Serra	Vila Velha	Dourados
	Praia Grande	Uberlândia	Imperatriz
	Sumaré	São Vicente	Foz do Iguaçu
	Santa Bárbara d'Oeste	Bauru	Rondonópolis
	São José	São José do Rio Preto	

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 1991, do IBGE.

O primeiro grupo de interesse é constituído pelas localidades cujas taxas tanto de imigração quanto de emigração são baixas: trata-se de cidades estáveis, de ocupação já consolidada. O grupo é formado por cinco regiões metropolitanas e cinco cidades médias. Dentre essas últimas, destacam-se três cidades médias do interior fluminense. Esse resultado, por um lado, pode ser reflexo do fenômeno conhecido como “esvaziamento econômico” do Estado do Rio de Janeiro e, por outro, mostra que não foi logrado o objetivo de diminuir o elevado grau de polarização espacial na área metropolitana do Estado do Rio de Janeiro por meio do crescimento de suas cidades médias, não se sustentando, portanto, a grande expectativa de que pudessem contribuir para a reversão da concentração após a fusão dos antigos Estados do Rio e da Guanabara, em 1975. Quanto às cinco regiões metropolitanas desse grupo, sua estabilidade decorre do fato de que, apesar de atraírem grande contingente de imigrantes, a magnitude de sua população é tal que o impacto da imigração é arrefecido. Por isso, as taxas de imigração e emigração em relação a sua população são baixas, comparando-se com as do conjunto das cidades médias.

As cidades que apresentaram baixas taxas de imigração com altas taxas de emigração estão incluídas num grupo de cidades médias estagnadas. O grupo é reduzido, composto de apenas quatro cidades: Sobral, Teófilo Otoni, Lajes e Jundiaí. Apesar de não terem perdido população absoluta na década, seu saldo migratório foi negativo nos anos 80, devido à alta emigração. As três primeiras cidades são sedes de municípios com maior participação da população rural, o que pode explicar o contingente de emigrantes desses municípios, uma vez que o processo de desruralização da população brasileira persistiu durante a década de 90.⁸ Já a cidade de Jundiaí pode estar perdendo população para municípios vizinhos, na medida em que faz parte de uma ampla conurbação urbana na franja da região metropolitana de São Paulo. O resultado isolado para Jundiaí não pode, a princípio, ser interpretado como perda de atração da região na qual esse centro está inserido.⁹

Numa situação contrária, o terceiro grupo inclui as cidades que apresentaram altas taxas de imigração combinadas com baixa emigração, re-

8 Sobre a incorporação na análise dos migrantes de origem e destino rurais, ver nota 5. Sobre desruralização da população brasileira durante a década de 90, ver Camarano e Abramovay (1997).

9 Um desdobramento desse estudo é revisitar a análise dos fluxos migratórios incorporando a delimitação dos aglomerados urbanos nacionais definidos pelo recente estudo da rede urbana brasileira [IPEA/IBGE/Nesur (1999)].

presentando o grupo de cidades mais dinâmicas, uma vez que o desempenho econômico está estreitamente relacionado com o crescimento demográfico. É interessante verificar que as oito cidades médias desse grupo estão localizadas em torno de capitais estaduais ou em regiões metropolitanas (institucionalizadas ou não), casos de Campinas e Santos, em São Paulo, e de Vitória, no Espírito Santo. Portanto, as “cidades de forte atração” de imigrantes não são localidades interioranas típicas. As cidades paulistas de maior dinamismo estão agrupadas em uma grande conurbação, reunindo as regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Santos. O fato de as cidades estudadas de maior dinamismo pertencerem às referidas áreas metropolitanas significa que a mudança da polarização a partir da região metropolitana de São Paulo tem como uma de suas consequências a formação de novas áreas polarizadoras, sendo, portanto, indefensável a interpretação de que existe um espraiamento territorialmente homogêneo vinculado à perda da participação da metrópole paulista na renda nacional. Alternativamente, seria possível interpretar a dinâmica de crescimento dessas cidades pertencentes à referida conurbação como a própria extensão da região metropolitana de São Paulo.

Outro cruzamento de grande interesse é o que combina, ao mesmo tempo, cidades com altas taxas de imigração e de emigração, o que caracteriza uma situação de grande fluidez, com tais cidades desempenhando o papel de etapa intermediária de fluxos migratórios. De acordo com Matta (1973), é possível encontrar certas regularidades nas seqüências das migrações, dentre as quais a de que as pessoas que nascem no meio rural atingem as cidades grandes por etapas, deslocando-se primeiramente para cidades limítrofes às suas áreas de origem. Dessa forma, como as cidades médias cumprem muitas vezes a função de centros urbanos polarizadores de extensas áreas rurais à sua volta, é provável que entre seus imigrantes exista uma parcela significativa que está ali apenas provisoriamente, como etapa de um deslocamento rumo aos grandes centros nacionais. Essa situação de “cidades de passagem” é típica de área de ocupação recente, não consolidada. O grupo é formado de sete cidades, das quais quatro estão localizadas na área da “fronteira amazônica”. As outras três cidades situam-se no Paraná, que foi fronteira econômica nas décadas de 20 a 50, com a expansão cafeeira, mas que, nos anos 60, inicia um processo de reconversão produtiva, transformando-se, nos anos 80, em região de grande atividade industrial, tendo ocorrido mesmo a erradicação do café naquele estado.

As quatro regiões metropolitanas que não se situaram nesses quatro grupos de interesse foram Belém e São Paulo, com taxas de imigração baixas e de emigração médias, além de Fortaleza e Curitiba, ambas com taxas médias de imigração e baixa de emigração. Essas duas últimas foram aquelas para as quais se observou o mais elevado grau de atração, o que já se refletia no seu alto saldo migratório, saldo esse bem superior à média das regiões metropolitanas e do conjunto das cidades médias. Nunca é demais lembrar que, apesar desses indicadores, as regiões metropolitanas não estavam no grupo das localidades de “forte atração” devido ao procedimento metodológico que, ao definir a mediana entre todas as localidades, cidades médias e regiões metropolitanas, produziu taxas médias menores para as regiões metropolitanas devido à magnitude de sua população, o que diminuiu o peso da imigração como componente de sua dinâmica demográfica. Assim, as regiões metropolitanas de Fortaleza e Curitiba, mais as oito cidades médias de “forte atração” de imigrantes, todas localizadas em áreas metropolitanas ou em torno de capitais estaduais, são os principais destinos dos fluxos migratórios, e não as cidades médias tipicamente interioranas.

Dado o já elevado grau de urbanização da população brasileira, as migrações referem-se principalmente a movimentos de tipo urbano-urbano. Contudo, continuam as migrações de tipo rural-urbano devido à combinação de incorporação de novas tecnologias no campo, poupadoras de mão-de-obra, com estrutura fundiária baseada na grande propriedade agrícola. A resultante liberação de trabalhadores agrícolas torna-se componente importante da mobilidade da população, produzindo fluxos migratórios de origem rural em direção às áreas urbanas. Resta analisar quais são os principais destinos desses fluxos, cidades médias ou regiões metropolitanas e suas origens. As informações da Tabela 5 estão voltadas para responder esta questão.

Como mencionado, estudos de mobilidade da população de origem rural apontam como as migrações rural-urbanas são realizadas de modo gradual, envolvendo mais de uma etapa entre a área de origem e o destino final, o que exige precauções na análise ora realizada, uma vez que esta se limita apenas ao último deslocamento dos imigrantes. Como mostra a Tabela 5, foi maior o percentual de imigrantes de origem rural nas regiões metropolitanas do que nas cidades médias. Nessas últimas, o destaque foram as cidades médias nordestinas, cujo percentual de imigrantes rurais alcançou 1/3 de todos os imigrantes. No grupo das regiões metropolitanas,

Tabela 5

Origens dos imigrantes ao longo do período 1981/91, para as cidades médias (CMs) e regiões metropolitanas (RMs) (EM %)

CMs E RMs	IMIGRANTES RURAIS/IMIGRANTES TOTAIS	MIGRAÇÃO INTRA-ESTADUAL	MIGRAÇÃO INTRA-REGIONAL	MIGRAÇÃO INTER-REGIONAL
(A) CMs	22,9	67,3	14,1	19,5
Do Norte	29,4	50,2	10,4	36,8
Do Nordeste	33,7	67,1	12,9	20,4
Do Sudeste	18,9	69,5	13,8	18,0
Do Sul	27,5	70,6	13,5	18,2
Do Centro-Oeste	17,3	53,9	18,8	25,1
(B) RMs	28,3	47,6	13,9	40,1
Belém	37,1	68,4	4,6	25,4
Fortaleza	36,3	71,6	12,3	16,4
Recife	25,5	57,7	20,9	23,3
Salvador	27,1	74,8	10,4	14,4
Belo Horizonte	27,2	72,3	14,4	14,0
Rio de Janeiro	19,9	29,1	20,0	51,7
São Paulo	28,7	24,3	13,6	64,4
Curitiba	26,9	62,4	13,0	25,0
Porto Alegre	32,1	79,8	11,3	11,1

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 1991, do IBGE.

Belém, Fortaleza e Porto Alegre apresentaram uma participação de imigração rural de pelo menos 1/3 da imigração total. Nos estados onde se situam essas regiões metropolitanas, o percentual de população rural ainda é significativo, superior à média nacional, o que ajuda a explicar a maior incidência de imigração de tipo rural-urbano. Quer dizer, supõe-se que esses imigrantes rurais sejam originários do próprio estado, considerando-se, também, o elevado percentual de imigração intra-estadual nessas localidades, como mostrado na Tabela 5.

A região metropolitana do Rio de Janeiro, no outro extremo, contou com apenas 1/5 de imigrantes originários de áreas rurais. Apesar de menor do que nas demais regiões metropolitanas, este é ainda um índice elevado, por se tratar o Rio de Janeiro de um estado com taxa de urbanização superior a 95%, o que sugere que parte desses imigrantes rurais seja originária de outros estados da Federação. Um dado a sugerir essa interpretação é o pequeno índice de imigração intra-estadual na região metropolitana fluminense, inferior a 30% do total dos imigrantes na década de 80.

Ainda com base na Tabela 5, cabe agora considerar o alcance dos fluxos migratórios que se dirigiram às cidades médias, comparando-o com aquele que fixou-se nas regiões metropolitanas. A suposição que fazemos é de que as migrações de curta distância, de âmbito intra-urbano ou intra-estadual, resultam, sobretudo, da reacomodação da população local. Já a imigração de longa distância refere-se a movimentos inter-regionais, para os quais a atração exercida pela área de destino é fator fundamental para explicar por que os imigrantes se deslocam para outras regiões geoeconômicas. As imigrações de média distância são aquelas oriundas de outros estados da região geoeconômica onde se situa a localidade considerada. Nessas condições, quanto maior forem os movimentos de longa distância, maior é o poder de atração do destino final, revelando tratar-se de núcleos urbanos com boas perspectivas de desenvolvimento, ou receptoras de fluxos migratórios motivados por informações defasadas sobre boas perspectivas de emprego. Por outro lado, a maior importância dos movimentos de curta distância pode sugerir baixa atratividade da localidade para onde se dirigem os imigrantes.

A distribuição dos imigrantes das cidades médias de acordo com as regiões mostra que onde a ocupação está mais consolidada, caso das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, a mobilidade da população é menor, com cerca de 2/3 dos imigrantes originários do próprio estado onde se localiza a cidade média. No Centro-Oeste e no Norte, dada sua condição de fronteira econômica até os anos 60, o alcance espacial dos movimentos é maior.

O dado de maior destaque na Tabela 5 refere-se ao desempenho das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro no que concerne à área de alcance dos seus fluxos migratórios. Apenas 25% dos imigrantes eram originários do próprio estado e mais da metade vinha de outras regiões geoeconômicas. Esse resultado mostra que essas duas metrópoles genuinamente nacionais, e não apenas regionais, continuaram a atrair imigrantes que se dispunham a percorrer longas distâncias até alcançar,

no Sudeste, as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro ou de São Paulo. Portanto, em plena “década perdida”, a de 80, a crise que deveria ter desestimulado a vinda de imigrantes para os principais centros econômicos do país não foi forte o suficiente para estancar os fluxos imigratórios para aquela região. Ou tal crise pode ter sido menos intensa do que a severidade do quadro socioeconômico apresentado nas tradicionais áreas de emigração.

Nessa mesma década, Minas Gerais deixou de ser fonte de emigração, como era tradicionalmente, junto aos estados nordestinos, passando, inclusive, a contar com migração de retorno. Esse novo quadro demográfico se traduz numa reorganização espacial de sua população, com os imigrantes concentrando-se na região metropolitana de Belo Horizonte.

Para o período 1991/96, não foi possível distinguir a situação (se urbana ou rural) de origem do imigrante da última etapa migratória, assim como, de acordo com o já relatado, não foi possível construir a análise do alcance dos movimentos migratórios para as regiões metropolitanas, mas somente para as metrópoles, como mostra a Tabela 6.

Para esse período percebe-se uma nítida distinção entre o alcance da atração das metrópoles nacionais São Paulo e Rio de Janeiro e dos demais núcleos urbanos. Enquanto para essas duas metrópoles, respectivamente, 72% e 61% dos imigrantes eram provenientes de outras regiões brasileiras, nas cidades médias e demais metrópoles a participação desses imigrantes, em média, fixava-se em torno de 25%.¹⁰ Portanto, se é verdade que, desde os anos 80, os fluxos migratórios intra-regionais vêm crescendo em relação aos inter-regionais, deve-se também concluir sobre a permanência do destino das migrações de longo alcance, que continuam sendo orientadas em direção aos dois maiores centros urbanos do país.

Por outro lado, nas metrópoles de Porto Alegre, Salvador e Belo Horizonte os imigrantes de origem intra-estadual correspondiam, em média, a 71% do contingente de imigrantes. Esse resultado pode estar associado à crise econômica que, contribuindo para dificultar a sobrevivência nas áreas interioranas, conjugada à falta de alternativa nos tradicionais centros receptores dos fluxos imigratórios, redirecionou parte desse contingente para as metrópoles no âmbito do estado de onde partem esses imigrantes.

10 Na medida em que entre os imigrantes que se destinaram às metrópoles estão incluídos aqueles cuja origem é a própria periferia metropolitana, pode-se deduzir que, se fosse possível realizar essa mesma análise para as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, a participação dos imigrantes inter-regionais seria ainda maior.

Tabela 6

Origens dos imigrantes ao longo do período 1991/96, para as cidades médias (CMs) e metrópoles

CMs E RMs	TOTAL DE IMIGRANTES	MIGRAÇÃO INTRA-ESTADUAL	MIGRAÇÃO INTRA-REGIONAL	MIGRAÇÃO INTER-REGIONAL
(A) CMs	1.585.344	60,14	75,23	24,77
Do Norte e Centro-Oeste	203.882	46,28	64,10	35,90
Do Nordeste	225.247	60,40	77,02	22,98
Do Sul	307.618	63,66	77,36	22,64
Do Sudeste	848.597	62,14	76,66	23,34
RJ, MG, ES	352.232	59,37	81,58	18,42
SP	496.365	64,10	73,17	26,83
(B) Metrôpoles	1.198.966	39,51	52,30	47,70
Belém	49.256	55,32	63,49	36,51
Fortaleza	87.787	54,89	72,56	27,44
Recife	53.211	58,66	76,38	23,62
Salvador	84.790	68,16	78,03	21,97
Belo Horizonte	107.355	68,61	82,69	17,31
Rio de Janeiro	145.763	19,89	38,46	61,54
São Paulo	467.139	16,79	27,93	72,07
Curitiba	136.357	56,82	69,23	30,77
Porto Alegre	67.308	75,27	82,55	17,45
Total (A+B)	2.784.310	51,26	65,36	34,64

Fontes: Censo Demográfico de 1991 e Contagem Populacional de 1996, do IBGE.

O que, em outros termos, significa afirmar que os fluxos imigratórios inter-regionais para as metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro seriam ainda maiores não fosse a conjuntura de crescimento lento dessas metrópoles no período em análise.

Também as cidades médias, como visto anteriormente, cumpriram esse papel de “diques”, absorvendo parte dos fluxos migratórios que se

destinariam tradicionalmente para as metrópoles nacionais. Importante frisar que tanto as cidades médias como as demais metrópoles (excetuando São Paulo e Rio de Janeiro) nacionais, no período 1991/96, foram, sobretudo, absorvedoras de movimentos migratórios de curto alcance. Na Tabela 6 pode-se observar que, à exceção das cidades médias das regiões Norte e Centro-Oeste (fronteiras de expansão nacionais), para esses centros sempre mais de 50% dos imigrantes fizeram deslocamentos intra-estaduais.

3. A absorção dos imigrantes no mercado de trabalho¹¹

Em face do que foi examinado na seção anterior, parece não haver dúvidas sobre a importância das cidades médias como centros de atração de imigrantes no período em análise e como o crescimento populacional desses centros foi afetado pela chegada desse contingente de pessoas que buscaram se localizar em seu território. Será importante agora verificar como os mesmos se integraram nos mercados de trabalho desses centros, o que será feito nesta seção.

Serão estudadas três variáveis básicas do mercado de trabalho para os imigrantes recentes nas cidades médias e regiões metropolitanas em 1991: a taxa de ocupação, os salários e a posse de carteira assinada. Os imigrantes recentes referem-se ao conjunto daqueles que chegaram aos municípios entre os anos de 1986 e 1991. Tal fato pretendeu minimizar o viés implícito em uma análise que procura comparar a situação socioeconômica de indivíduos com diferentes anos de residência nos municípios receptores. É bastante aceitável supor que os imigrantes mais antigos tendam a possuir um maior grau de integração no mercado de trabalho do que os mais recentes. Assim, ao restringir o período de análise para os últimos cinco anos da década, diminui-se a possibilidade de se realizar uma comparação de contingentes populacionais bastante heterogêneos em termos de tempo de residência nos municípios receptores.

O objetivo desta seção é subsidiar a comparação entre as cidades médias e as regiões metropolitanas enquanto ofertantes de quantidade suficiente de trabalho aos imigrantes, bem como avaliar a qualidade desses postos de trabalho, medida precariamente pelo salário e pelo grau de formalidade

¹¹ Essa investigação não é possível ser realizada para o período mais recente, 1991/96, uma vez que as informações referentes à absorção do imigrante no mercado de trabalho não fizeram parte do questionário da Contagem Populacional de 1996.

do mercado. Na Subseção 3.1 aborda-se de forma genérica a capacidade de absorção desses mercados, sem contudo levar em conta as diferenças no lado da oferta de mão-de-obra, ou seja, as diferenças no perfil da mão-de-obra imigrante. A Subseção 3.2, procurando incorporar as diferenças na oferta desses mercados de trabalho, busca observar como grupos específicos de imigrantes são absorvidos pelo mercado de trabalho das cidades médias e das regiões metropolitanas.

3.1. A situação dos imigrantes no mercado de trabalho segundo o seu rendimento

A Tabela 7 registra as distribuições de rendimento dos imigrantes recentes e dos nativos das cidades médias e das regiões metropolitanas.

As cidades médias nordestinas são as que proporcionaram o mais baixo nível de rendimentos aos imigrantes que para lá se dirigiram: mais de 3/4 de seus imigrantes recentes recebem menos de dois salários mínimos. Apresentaram também o menor percentual de imigrantes com rendimento superior a 10 salários mínimos. É também onde se localiza a única região metropolitana, a de Fortaleza, onde mais de 80% dos imigrantes recebem rendimento inferior a dois salários mínimos.

Como se pode verificar na Tabela 7, é grande a concentração nas distribuições de rendimento dos imigrantes recentes e dos nativos nas cidades médias, particularmente na classe mais baixa de rendimentos (menos de dois salários mínimos), com taxas acima de 50%, o que configura um elevado nível de pobreza nessas cidades, independentemente da situação do trabalhador. É bem verdade que no caso das cidades médias do Sudeste e do Sul a pobreza desses trabalhadores é ainda bem grande, mas mostra percentagens menores do que as registradas para as demais regiões. No caso das regiões metropolitanas, a despeito de haver algumas diferenças individuais, de maneira geral se pode verificar que a concentração de rendimentos é predominante, registrando-se elevados níveis de pobreza, seja para imigrantes, seja para trabalhadores nativos.

Entretanto, há algo de interessante a se notar. A principal conclusão que os dados acima permitem fazer relaciona-se com a distinta situação do imigrante ante o nativo residente nas cidades médias, em comparação com aqueles das regiões metropolitanas. Nas cidades médias, há pouca diferença nos percentuais de imigrantes e nativos por classes de renda. O único caso a destacar é o das cidades médias nortistas, onde a situação do nativo chega a ser pior do que a dos imigrantes, tanto no segmento inferior

Tabela 7

Distribuição de rendimento mensal de nativos e imigrantes diretos recentes nas cidades médias (CMs) e regiões metropolitanas (RMs), por classes de rendimentos em unidades do salário mínimo (SM) do ano — 1991 (EM %)

CMs E RMs	MENOS DE 2 SM		2 A 5 SM		5 A 10 SM		MAIS DE 10 SM	
	IMIGRANTES	NATIVOS	IMIGRANTES	NATIVOS	IMIGRANTES	NATIVOS	IMIGRANTES	NATIVOS
(A) CMs	58,7	56,1	26,9	28,7	9,1	10,1	5,4	5,0
Do Norte	69,5	76,4	19,7	17,1	7,2	4,6	3,7	1,9
Do Nordeste	79,4	78,7	13,0	14,7	4,8	4,3	2,8	2,3
Do Sudeste	54,2	50,6	29,5	31,9	10,0	11,8	6,3	5,8
Do Sul	53,1	52,4	29,8	31,6	10,8	10,7	6,3	5,3
Do Centro-Oeste	63,9	63,9	26,6	25,0	6,9	7,6	2,7	3,5
(B) RMs	57,9	44,6	28,5	32,3	8,0	14,1	5,6	9,0
Belém	66,7	54,3	19,2	28,3	8,6	10,5	5,5	6,8
Fortaleza	81,1	71,5	11,0	17,4	4,5	6,7	3,4	4,4
Recife	66,9	65,2	17,1	21,5	8,4	7,9	7,6	5,4
Salvador	71,2	60,5	15,8	23,9	6,7	9,4	6,3	6,2
Belo Horizonte	68,0	56,2	19,5	26,7	6,8	10,2	5,7	6,9
Rio de Janeiro	62,1	52,0	21,3	29,4	8,8	11,5	7,9	7,1
São Paulo	47,9	27,6	38,6	39,9	8,4	19,8	5,1	12,7
Curitiba	52,5	43,4	31,3	34,9	9,6	13,2	6,6	8,5
Porto Alegre	60,1	46,4	26,6	32,8	8,3	13,1	5,0	7,6

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 1991, do IBGE.

a dois salários mínimos, considerado linha de pobreza, quanto no extremo superior, no percentual de residentes com rendimento superior a 10 salários mínimos. A situação é muito diferente quando se consideram imigrantes e nativos residentes nas regiões metropolitanas. Nesse caso, os diferenciais de imigrantes na linha de pobreza são significativamente superiores aos dos nativos, do mesmo modo como é superior a participação de nativos com rendimentos acima de 10 salários mínimos ante a quantidade

de imigrantes que lograram atingir tal nível de rendimento. No que concerne à linha de pobreza, os imigrantes formam um contingente superior ao dos nativos em todas as regiões metropolitanas, mas a diferença é muito maior na região metropolitana de São Paulo. Quanto aos percentuais de residentes com rendimentos superiores a 10 salários mínimos, não se observa a mesma regularidade. No Sudeste e no Sul, os nativos contam com participação maior do que os imigrantes recentes, exceto na metrópole fluminense. Esse é um dado que poderia estar relacionado com o fenômeno da concentração de funcionalismo público, resquício de sua condição de antigo Distrito Federal. Contudo, é por demais sabido que a crise econômica nos anos 80 atingiu fortemente o setor público, não sendo possível sustentar a hipótese de que tenha havido ampliação do funcionalismo entre 1986 e 1991.

Além da região metropolitana do Rio de Janeiro, a de Recife e a de Salvador também apresentaram maior contingente de imigrantes ante os nativos no grupo de rendimento superior a 10 salários mínimos. Trata-se de fenômeno de difícil explicação, cuja pista que se arrisca a oferecer neste estágio do estudo é a multiplicação da demanda por mão-de-obra qualificada do Centro-Sul do país pelas filiais dos grandes grupos econômicos nacionais que se espalharam pelo território nacional na década de 80.¹²

Uma importante conclusão pode ser tirada destes dados. Nas regiões metropolitanas, há maior discriminação do imigrante ante os nativos, traduzida pelos diferenciais de rendimento. No entanto, essa maior distância entre imigrantes e nativos pode também estar mostrando que nas regiões metropolitanas existem melhores possibilidades de fixação a médio prazo do que nas cidades médias. É claro que diferenças no custo de vida entre as unidades espaciais investigadas podem estar superestimando a posição relativa dos imigrantes nas regiões metropolitanas, fato que exige cuidado na interpretação aqui realizada.

Ainda que o diferencial, em termos de distribuição dos imigrantes e nativos em classes salariais, seja pequeno entre as cidades médias, isso pode estar indicando oportunidades piores para os imigrantes. Este resultado pode, inclusive, ser inferido a partir do maior percentual tanto de imigrantes e nativos situados na linha de pobreza como dos menores percentuais de residentes, imigrantes e nativos dentro dos níveis superiores

12 Segundo Guimarães Neto (1993, p. 93), a participação do Nordeste em termos de receita líquida gerada pelos 100 maiores grupos privados atuantes no Brasil passou de 5,3% em 1978 para 11,2% em 1990.

de rendimentos nessas cidades médias em comparação com as regiões metropolitanas. Verifica-se, assim, que os imigrantes que continuam a buscar as regiões metropolitanas como destino são perfeitamente racionais em termos econômicos. Ainda que a crise econômica tenha atingido duramente o centro mais dinâmico da economia brasileira, cuja espacialidade se confunde com os espaços metropolitanos, tais localidades continuam a proporcionar mais vantagens, em termos de rendimento, aos imigrantes que as cidades médias.

3.2. Taxa de ocupação e posse de carteira de trabalho entre os imigrantes

Outros indicadores do padrão de inserção dos imigrantes nas cidades médias *vis-à-vis* essa condição nas regiões metropolitanas envolvem a taxa de ocupação e o grau de estabilidade no emprego, para o qual a posse da carteira de trabalho foi utilizada como indicador.¹³ Esses indicadores estão apresentados na Tabela 8.

Os imigrantes recentes apresentam uma inserção no mercado de trabalho menos estável do que os nativos, sendo a estabilidade dada pela posse da carteira de trabalho. E mais, os imigrantes que se dirigiram às regiões metropolitanas encontravam-se em melhores condições do que os que se fixaram nas cidades médias. As diferenças de situação são mais marcantes nas cidades médias das regiões menos desenvolvidas — Norte/Nordeste/Centro-Oeste — do que no Sudeste/Sul. O mesmo ocorre quando se comparam as regiões metropolitanas do Sul e do Sudeste, onde, contudo, o diferencial apresentado entre imigrantes recentes e nativos é menor do que nas regiões metropolitanas do Norte/Nordeste. Essa maior precariedade da condição de emprego dos imigrantes fora do Sul/Sudeste pode estar associada não só às piores condições de vida, como também à maior incidência de imigrantes de origem rural, cuja qualificação para o trabalho urbano pode ser considerada pior relativamente aos demais residentes, imigrantes ou não, que já tenham experiência pretérita de vida urbana. Essa hipótese, contudo, não contempla bem o caso dos imigrantes de cidades médias e da região metropolitana do Estado do Rio Grande do Sul. Nessas localidades, a condição do emprego é melhor do que a média de todas as cidades médias e de todas as regiões metropolitanas, ainda

¹³ A variável posse de carteira de trabalho é calculada pela divisão do pessoal ocupado na condição de empregado (isto é, excluindo-se os conta-própria, autônomos e empregadores) com carteira pelo total do pessoal ocupado na condição de empregado.

Tabela 8

Taxas de ocupação (TO) e de posse de carteira de trabalho (PCT) entre os imigrantes diretos e nativos nas cidades médias (CMs) e regiões metropolitanas (RMs) — 1991 (EM %)

CMs e RMs	PCT		TO	
	IMIGRANTES	NATIVOS	IMIGRANTES	NATIVOS
(A) CMs	65,9	71,9	94,9	94,6
Do Norte	36,2	47,7	93,1	94,7
Do Nordeste	43,4	52,4	93,2	92,1
Do Sudeste	70,7	75,2	95,1	94,9
De São Paulo	75,5	78,6	94,9	94,8
Do Sul	72,6	78,4	95,8	95,5
Do Centro-Oeste	57,2	56,2	94,5	94,6
(B) RMs	71,0	76,0	93,7	93,4
Belém	48,9	63,5	92,5	91,5
Fortaleza	44,5	60,8	94,1	93,7
Recife	57,6	70,9	90,6	88,5
Salvador	56,4	77,0	91,0	88,4
Belo Horizonte	70,5	74,8	95,0	84,6
Rio de Janeiro	65,6	72,5	93,2	92,1
São Paulo	78,0	80,2	93,6	95,2
Curitiba	76,9	81,3	94,7	94,6
Porto Alegre	80,4	80,7	96,1	95,5

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 1991, do IBGE.

Nota: A posse de carteira de trabalho foi calculada apenas para o pessoal ocupado na posição de empregado. PCT = pessoal ocupado na posição de empregado com carteira/pessoal ocupado na posição de empregado. Observação válida para as tabelas subsequentes.

que tenha sido considerável o percentual de imigrantes de origem rural, como já visto.

Finalmente, quanto à taxa de ocupação, não foram observadas diferenças significativas entre imigrantes recentes e nativos nem no conjunto

das cidades médias, nem nas regiões metropolitanas. O único dado a merecer destaque é a situação dos nativos, com pior taxa de ocupação do que os imigrantes recentes nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador, mas sobretudo em Belo Horizonte. Tais exemplos contribuem para que se acredite na tese da seletividade do imigrante em termos de capacitação para o mercado de trabalho. Afora isso, tais resultados certificam a ocorrência das conhecidas redes de informação, as quais acabam por possibilitar que o imigrante seja atraído por uma oportunidade concreta de trabalho (conquistada por parente ou amigo). No Rio de Janeiro, a intensa presença de porteiros de Campina Grande na Zona Sul da cidade ou a hegemonia de garçons cearenses em algumas redes de restaurantes da cidade atestam a efetividade dessas redes de informação.

3.3. A inserção no mercado de trabalho de grupos “controlados” de imigrantes

Muitas das diferenças encontradas na Subseção 3.2 entre a situação do imigrante das cidades médias e a do imigrante das regiões metropolitanas podem se originar de diferenças na qualidade (escolaridade, experiência, adaptação prévia à vida urbana, idade) da mão-de-obra imigrante. Assim, maiores salários numa determinada cidade podem não representar maior dinamismo econômico desta, mais sim o fato de que para ela se dirigiu um grupo bastante seletivo de imigrantes, como consequência, por exemplo, da dinâmica particular de um determinado setor ou ramo da economia local. Diante dessa limitação, passa-se a interpretar como as cidades médias e as regiões metropolitanas acolheram imigrantes com características semelhantes. Três grupos de imigrantes foram selecionados para levar adiante o exercício comparativo quanto à sua integração nos mercados de trabalho das cidades médias e regiões metropolitanas:

GRUPOS DE IMIGRANTES	CARACTERÍSTICAS (FILTROS)
De origem rural, não-qualificados	Menos de cinco anos de residência; idade entre 20 e 45 anos; menos de quatro anos de estudo; originário de áreas rurais (último deslocamento)
De origem urbana, não-qualificados	Menos de cinco anos de residência; idade entre 20 e 45 anos; menos de quatro anos de estudo; originário de áreas urbanas (último deslocamento)
De origem urbana, qualificados	Menos de cinco anos de residência; idade entre 20 e 45 anos; com 12 ou mais anos de estudo; originário de áreas urbanas (último deslocamento)

3.3.1. Imigrantes de origem rural não-qualificados

Durante a década de 80, o êxodo rural no Brasil alcançou cerca de 13 milhões de pessoas. A evasão rural durante o primeiro quinquênio dos anos 90 foi estimada por Camarano e Abramovay (1997) em 4,6 milhões de pessoas, representando cerca de 30% de toda a população que vivia no campo em 1980. Tais resultados permitiram aos autores concluir pela persistência do processo de desruralização no país [ver Camarano e Abramovay (1997, p. 5)]. A permanência da importância dos fluxos rurais-urbanos justifica o exercício empírico aqui desenvolvido, pois realça a potencialidade de as cidades médias funcionarem como centros receptores da população rural nacional.

Pela Tabela 9 percebe-se inicialmente que é pequena a variância entre os resultados encontrados para as taxas de ocupação. No limite inferior, a região metropolitana de Salvador apresenta a menor taxa para os imigrantes rurais não-qualificados. Esses mesmos imigrantes encontram maiores oportunidades nas cidades médias do Norte (Santarém e Marabá) e na região metropolitana de Belo Horizonte.

A Tabela 9 mostra ainda que a taxa de ocupação (tanto para as cidades médias como para as regiões metropolitanas) entre os imigrantes rurais não-qualificados é superior àquela encontrada para o conjunto dos imigrantes (ver Tabela 8). Esse resultado é bastante aceitável na medida em que o referido grupo de imigrantes é composto por uma população economicamente ativa (PEA) com idade entre 20 e 45 anos, cuja probabilidade de estarem empregados é superior àquela para o conjunto total dos imigrantes (PEA acima de 10 anos).

Os resultados encontrados pela variável posse de carteira de trabalho vêm reforçar os anteriormente alcançados, que apontam a existência de “cidades de passagem” nas áreas de fronteira. A elevada taxa de empregados sem cobertura legal nessas cidades reflete o grau de instabilidade no mercado de trabalho que deve caracterizar essas cidades de passagem. Vale lembrar que a ocorrência do garimpo de Serra Pelada contribuiu fortemente para a baixa cobertura legal do trabalho na Cidade de Marabá (23%). Chama a atenção também a falta de cobertura legal dos postos de trabalho das cidades médias pertencentes aos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. As cidades de Governador Valadares e Teófilo Otoni, ambas pertencentes à região nordeste de Minas, possuíam uma taxa de cobertura legal dos postos de trabalho para os imigrantes rurais

Tabela 9

Taxa de ocupação (TO), posse de carteira de trabalho (PCT) e distribuição de rendimento em salários mínimos (set./91) dos imigrantes rurais não-qualificados, para as cidades médias (CMs) e regiões metropolitanas (RMs) — 1991 (EM %)

CMs E RMs	TO	PCT	ATÉ 2 SM	2 A 5 SM	5 A 10 SM	10 OU MAIS SM
CMs						
Do Norte	97,5	23,4	88,6	9,2	0,8	1,4
Do Nordeste	96,0	36,2	95,9	3,5	0,5	0,1
Do RJ, MG, ES	96,8	63,5	90,5	8,3	0,9	0,3
De SP	96,5	77,0	68,4	29,4	1,8	0,4
Do Sul	96,3	76,6	76,8	21,7	1,5	0,1
Do Centro-Oeste	95,6	55,7	79,8	7,4	2,4	0,5
Total	96,3	62,3	82,1	16,3	1,3	0,3
RMs						
Belém	96,8	47,1	80,7	17,1	2,3	0,0
Fortaleza	96,5	47,7	94,7	4,7	0,5	0,0
Recife	93,9	55,9	95,2	3,9	0,7	0,1
Salvador	93,5	54,3	92,7	7,0	0,2	0,1
Belo Horizonte	97,1	75,3	90,9	8,4	0,5	0,3
Rio de Janeiro	95,6	71,2	88,2	11,2	0,6	0,1
São Paulo	95,3	80,9	59,9	37,1	2,7	0,3
Curitiba	95,4	75,9	77,5	21,6	0,5	0,3
Porto Alegre	96,6	85,7	82,9	16,4	0,6	0,2
Total	96,6	73,4	74,4	23,8	1,6	0,2

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 1991, do IBGE.

não-qualificados de, respectivamente, 35% e 34%. Essa região é hoje caracterizada pela presença de setores industriais tradicionais, em que a base econômica é a pecuária de corte extensiva [Ferreira (1996, p. 38)].

O que há de mais interessante nos dados referentes à posse de carteira de trabalho dos imigrantes rurais não-qualificados é a notória vantagem ofertada para aqueles que decidiram deslocar-se para as metrópoles, em vez de se dirigirem para as cidades médias. Parece ainda que o efeito informação teve papel relevante para distribuir a população imigrante rural não-qualificada, uma vez que esses se dirigiram preponderantemente para as áreas metropolitanas onde havia maior cobertura legal do emprego.

Em todas as regiões geoeconômicas as áreas metropolitanas lograram ofertar maior proteção trabalhista aos imigrantes rurais não-qualificados do que as cidades médias. No Nordeste, por exemplo, apenas 36% desses imigrantes que chegaram às cidades médias possuíam carteira de trabalho, enquanto a posse de carteira de trabalho nas regiões metropolitanas nordestinas cobria cerca de 53% dos mesmos imigrantes.

No Estado de São Paulo novamente pode-se perceber que no conjunto das cidades médias a condição de trabalhadores sem carteira foi ligeiramente superior à vigente na região metropolitana de São Paulo. Isso significa que, mesmo onde a desconcentração ocorre de forma mais intensa, há ainda vantagens para que os imigrantes escolham a metrópole paulistana como área de destino. É claro que existe uma significativa variância entre as cidades médias paulistas no que diz respeito à taxa de cobertura legal do emprego. Cidades situadas próximas à região metropolitana de São Paulo, como Limeira, Jundiá e Sorocaba, ofertavam a cerca de 85% dos imigrantes rurais não-qualificados empregos com carteira assinada, enquanto nos centros situados mais próximos das fronteiras com o Paraná e Mato Grosso do Sul, como Presidente Prudente e São José do Rio Preto, apenas 60% desses imigrantes possuíam a referida cobertura. O grau diferenciado de industrialização entre esses dois grupos de cidades paulistas provavelmente explica as diferenças de cobertura legal do emprego.

A análise da distribuição de rendimentos dos imigrantes rurais não-qualificados mostra, em primeiro lugar, quão frágil é sua posição no mercado de trabalho dos centros urbanos nacionais de médio e grande portes. Uma comparação entre as Tabelas 9 e 7 revela o quadro de fragilidade desse grupo de imigrantes. No conjunto das cidades médias nacionais, perto de 59% do total dos imigrantes percebiam renda inferior a dois salários mínimos. Quando se analisa separadamente o grupo de imigrantes

rurais não-qualificados, identificam-se 82% recebendo menos de dois salários mínimos. Também nas regiões metropolitanas ocorre esse diferencial, recebendo menos de dois salários mínimos 58% dos imigrantes totais e 74% dos imigrantes rurais não-qualificados. Tais resultados demonstram que para os movimentos rurais-urbanos a escolha das metrópoles como alvo de migração mostra-se salarialmente vantajosa.

Até que ponto essa vantagem salarial é puramente nominal dependerá das diferenças entre o custo de vida das metrópoles e o das cidades médias. De qualquer forma, não há, em termos salariais, nenhuma evidência de que a opção pela escolha dos centros médios seja a mais racional.

Analisando-se ainda a classe de renda dos mais pobres, vê-se que o número de imigrantes rurais não-qualificados das regiões metropolitanas nordestinas recebendo menos de dois salários mínimos é quase idêntico ao das cidades médias regionais, sendo pouco melhor a situação na região metropolitana de Salvador. Também entre as cidades médias do Sudeste (exclusive São Paulo) e as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, há poucas diferenças no que se refere ao rendimento.

3.3.2. Imigrantes de origem urbana não-qualificados

Como visto, cerca de 3/4 dos fluxos migratórios que chegaram às cidades médias e regiões metropolitanas do país na década de 80 foram do tipo urbano-urbano (ver Tabela 5). Com a desruralização da sociedade brasileira em marcha, esses fluxos tendem a ampliar sua importância, o que justifica a construção desse novo recorte dedicado a compreender como os imigrantes de origem urbana e de baixa (ou nenhuma) escolaridade foram absorvidos pelos mercados de trabalho das cidades médias e regiões metropolitanas.

A princípio, tem-se a expectativa de que a experiência, ou cultura, previamente adquirida pelos imigrantes originários de áreas urbanas funciona como um atributo positivo no mercado de trabalho, valorizando-os ante o imigrante de origem rural. De outra forma, pode-se argumentar que para determinadas ocupações seja indiferente a origem do imigrante, se urbana ou rural. Contudo, mesmo nesses casos, a provável maior desenvoltura do imigrante urbano com os canais de comunicação das cidades pode lhes proporcionar uma melhor colocação no mercado de trabalho.

Seguindo a análise da Tabela 10 pela ordem de suas colunas, em primeiro lugar é possível perceber que a taxa de ocupação entre os imigrantes urbanos não-qualificados é menor do que aquela experimentada pelos imigrantes de origem rural, o que pode ser observado confrontando-se os resultados da Tabela 9. Tal fato, a princípio estranho, pode resultar dos diferentes limites críticos salariais entre os imigrantes urbanos e os rurais, abaixo dos quais o indivíduo prefere continuar na posição de desocupado em busca de uma melhor oportunidade de trabalho. Essa hipótese é, em parte, sustentada pela diferente distribuição dos imigrantes urbanos e dos rurais em classes de renda, em favor dos primeiros.

Ao contrário do observado para os imigrantes rurais não-qualificados, nas cidades médias a taxa de ocupação entre os imigrantes urbanos é ligeiramente superior àquela observada nas regiões metropolitanas do país. Vê-se ainda que a taxa de ocupação assume valor mínimo nas regiões metropolitanas do Recife e de Salvador, sendo maior a absorção de imigrantes nas cidades médias nordestinas do que nessas metrópoles regionais. No outro extremo, as cidades médias do Sul, de São Paulo e do Centro-Oeste apresentaram taxas de desemprego menores do que 4%.

Quanto à posse de carteira de trabalho, é notório que, de forma geral, os imigrantes urbanos não-qualificados estavam mais protegidos pela legislação trabalhista do que aqueles de origem rural. Tal como para os imigrantes rurais, nas metrópoles o grau de formalidade das relações de trabalho mostrou-se superior ao das cidades médias para os imigrantes urbanos não-qualificados.

Fortaleza foi a metrópole que menos cobertura legal ofereceu aos imigrantes urbanos não-qualificados, similar à cobertura ofertada pelas cidades médias nordestinas. No outro extremo, as regiões metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo chegaram a dar cobertura legal a mais de 80% dos trabalhadores imigrantes na posição de empregados, o que sugere que essa cobertura legal pode estar associada ao grau de industrialização das unidades espaciais em estudo.

No tocante à distribuição dos imigrantes não-qualificados em classes de renda, em primeiro lugar observa-se que a sua origem (se urbana ou rural) resulta em um significativo diferencial de remuneração. Embora os imigrantes não-qualificados de origem urbana tenham, em geral, uma baixa remuneração, a situação é significativamente melhor do que aquela apresentada pelos imigrantes de origem rural (Tabela 9), entre os quais

Tabela 10

Taxa de ocupação (TO), posse de carteira de trabalho (PCT) e distribuição de rendimento em salários mínimos (set./91) dos imigrantes urbanos não-qualificados, para as cidades médias (CMs) e regiões metropolitanas (RMs) — 1991 (EM %)

CMs	TO	PCT	Até 2 SM	2 A 5 SM	5 A 10 SM	10 OU MAIS SM
Do Norte	94,82	32,72	78,77	18,07	3,15	0,00
Do Nordeste	94,49	43,12	88,79	9,59	1,42	0,21
Do RJ, MG, ES	95,43	65,20	81,17	16,15	1,96	0,72
De SP	96,30	73,47	59,52	35,15	4,48	0,85
Do Sul	97,60	70,40	70,82	25,19	3,00	0,99
Do Centro-Oeste	96,08	65,82	57,40	32,20	7,60	2,80
Total	95,95	65,10	66,71	26,97	4,81	1,51
RMs						
Belém	94,39	59,62	76,22	19,66	3,39	0,73
Fortaleza	95,81	42,90	89,20	9,79	0,35	0,65
Recife	91,91	54,16	86,02	11,62	1,63	0,73
Salvador	92,03	54,63	86,34	11,26	1,88	0,53
Belo Horizonte	96,85	72,32	83,29	15,31	0,87	0,53
Rio de Janeiro	94,84	73,34	80,47	18,01	1,32	0,20
São Paulo	94,77	80,34	56,64	39,34	3,62	0,40
Curitiba	95,77	74,18	63,89	33,17	2,44	0,51
Porto Alegre	96,15	83,10	75,87	21,40	2,34	0,39
Total	94,79	73,77	67,85	29,06	2,66	0,43

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 1991, do IBGE.

menos de 20%, em média, recebiam remuneração superior a dois salários mínimos.

Em termos salariais, os imigrantes não-qualificados de origem urbana que se destinaram às cidades médias experimentaram uma ligeira melhor aceitação no mercado de trabalho, quando comparados com aqueles

que se dirigiram às metrópoles. Esse resultado pode estar sugerindo que a menor qualificação é uma restrição menos forte de ascensão financeira nas cidades médias do que nas regiões metropolitanas. E isso é ainda mais verdadeiro quando se admite ser o custo de vida nas metrópoles possivelmente superior ao verificado nas cidades médias.

Nas cidades médias, destacam-se as oportunidades oferecidas pelas cidades médias do Centro-Oeste aos seus imigrantes urbanos não-qualificados, garantindo a mais de 10% deles rendas superiores a 10 salários mínimos. Nenhuma região metropolitana logrou chegar perto desse resultado, oferecendo, no máximo, a 4% desses imigrantes (São Paulo e Belém) rendas superiores a 10 salários mínimos. A posição de fronteira econômica ocupada pela região Centro-Oeste e o ritmo acelerado de crescimento do Distrito Federal provavelmente permitiram nas suas cidades médias regionais (Anápolis, Dourados, Rondonópolis, Aparecida de Goiânia e Luziânia) ocupações de maior remuneração.

Com relação à situação de pobreza entre os imigrantes não-qualificados de origem urbana nas regiões metropolitanas, vê-se por um lado a distinta posição de São Paulo e Curitiba, garantindo, respectivamente, a 43% e 36% desses imigrantes rendas superiores a dois salários mínimos.¹⁴ Contudo, note-se que as duas outras metrópoles da região Sudeste (Rio de Janeiro e Belo Horizonte) ofereceram rendas inferiores a dois salários mínimos aos seus imigrantes na mesma proporção das metrópoles nordestinas. Entre cidades médias, ainda analisando a proporção de imigrantes não-qualificados com rendas inferiores, vê-se que as nordestinas, seguidas das cidades médias do Sudeste (exceto São Paulo) remuneraram mais de 80% desses imigrantes com os mais baixos salários.

3.3.3. Imigrantes de origem urbana qualificados

Após analisar o modo de inserção do imigrante menos qualificado, seja de origem rural, seja urbana, que se dirige às cidades médias e regiões metropolitanas, emergiu o interesse em verificar a situação do imigrante em condição oposta, aquele com mais “capital humano” acumulado em sua faixa etária mais ativa para o trabalho. A Tabela 11 resume a situação desse grupo de imigrantes qualificados.

Como era de se esperar, todos os indicadores de renda apontam para uma melhor inserção desse imigrante: o percentual daqueles que recebem

¹⁴ Os imigrantes tidos como pobres nesta análise são aqueles pertencentes à classe inferior de renda.

Tabela 11

Taxa de ocupação (TO), posse de carteira de trabalho (PCT) e distribuição de rendimento em salários mínimos (set./91) dos imigrantes urbanos qualificados, para as cidades médias (CMs) e regiões metropolitanas (RMs) — 1991 (EM %)

CMs e RMs	TO	PCT	ATÉ 2 SM	2 A 5 SM	5 A 10 SM	10 OU MAIS SM
CMs						
Do Norte	100,00	50,78	12,02	23,15	35,48	29,35
Do Nordeste	95,72	64,69	25,19	30,44	23,81	20,56
Do RJ, MG, ES	97,52	71,91	15,34	30,73	27,56	26,37
De SP	98,01	71,53	9,91	26,43	29,72	33,94
Do Sul	97,54	70,77	13,07	30,23	30,26	26,44
Do Centro-Oeste	98,81	63,76	15,31	36,40	28,53	19,76
Total	97,64	70,24	13,53	29,22	28,87	28,37
RMs						
Belém	96,14	61,76	7,61	18,26	36,31	37,81
Fortaleza	96,17	60,26	17,34	25,19	29,88	27,58
Recife	93,59	70,48	15,98	21,22	26,39	36,40
Salvador	93,62	73,08	14,78	21,64	24,70	38,88
Belo Horizonte	96,09	68,92	18,10	29,05	24,45	28,40
Rio de Janeiro	94,83	63,32	14,70	22,85	27,86	34,58
São Paulo	97,05	76,10	11,00	24,33	27,19	37,49
Curitiba	96,58	81,82	12,65	32,12	26,11	29,13
Porto Alegre	97,41	65,21	15,84	29,60	32,12	22,44
Total	96,10	71,25	13,75	25,53	27,61	33,10

Fonte: Censos Demográficos do IBGE.

rendimento inferior a dois salários mínimos é de apenas cerca de 13%, enquanto, no limite superior, de 10 ou mais salários mínimos, a participação desse grupo é de algo como 30%, muitíssimo superior à taxa de 1% do grupo dos imigrantes não-qualificados. Tais médias, entretanto, escondem variações significativas entre os subconjuntos de imigrantes que se dirigiram às cidades médias ante aqueles que se fixaram nas regiões metropolitanas. A maior diferença encontra-se na classe de rendimento do limite superior, observando-se que a taxa de imigrantes qualificados das cidades médias era de 28,4%, percentual inferior aos 33,1% dentre aqueles que se dirigiram para as regiões metropolitanas. Situação inversa ocorreu na classe de rendimentos de dois a cinco salários mínimos: nesse caso, o percentual de imigrantes das cidades médias foi maior do que o das regiões metropolitanas. Esse resultado sugere, mais uma vez, que são as regiões metropolitanas que oferecem melhores oportunidades de remuneração por parte dos imigrantes também qualificados.

Mais uma vez, verifica-se que o desempenho das cidades médias paulistas é bem superior à média do universo das cidades médias. Porém o mesmo não pode ser dito quando comparadas às regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, ou às nordestinas Recife e Salvador, além de Belém. No caso de São Paulo e do Rio de Janeiro, esse resultado deve estar associado às melhores alternativas de inserção do imigrante mais qualificado num mercado de trabalho mais segmentado e especializado. No caso das metrópoles nordestina e nortista, tal resultado pode estar relacionado com a oferta menor de trabalhadores com maior qualificação para o trabalho.

Não foi observada diferença significativa entre a taxa de ocupação e a cobertura legal nas relações de trabalho, medida pela posse de carteira de trabalho entre os imigrantes qualificados que se dirigiram às cidades médias e às regiões metropolitanas. Contudo, analisando-se as distintas localidades, tanto de cidades médias quanto de regiões metropolitanas, verificamos algumas diferenças: as cidades médias do Sudeste e do Sul proporcionam maior cobertura legal do que as do Norte/Centro-Oeste/Nordeste. Isso não quer dizer que as regiões metropolitanas desses dois grupos de regiões apresentassem semelhança no que concerne à posse de carteira de trabalho. Cabe destacar, aliás, que neste quesito o grupo dos imigrantes mais desqualificados de origem urbana que se fixaram nas regiões metropolitanas apresentou melhor situação ante os imigrantes mais qualificados! Uma possível explicação para esse fenômeno talvez

possa residir na maior presença de servidores públicos de maior qualificação (estatutários) nas regiões metropolitanas.¹⁵

4. Conclusões

A análise feita neste estudo mostra que, embora os fluxos imigratórios ocorridos no período 1980/96 ainda tenham tido uma orientação metropolitana, foi bastante significativa a participação nos mesmos das cidades médias não-metropolitanas e não-capitais de estado. Verificou-se que as cidades médias tiveram essa participação acima da mera chance, considerada seja em função do número de centros urbanos, seja em termos da população dos mesmos ou de variáveis correlacionadas com a sua dimensão populacional. Isso significa que houve alguma condição específica que levou essas cidades médias a atrair um contingente apreciável de imigrantes, confirmando a possibilidade de as mesmas funcionarem como diques que contiveram pelo menos parte dos fluxos que, de outra maneira, engrossariam os que se dirigiam para as regiões metropolitanas.

As imigrações superaram as emigrações tanto nas cidades médias quanto nas regiões metropolitanas, o que produziu saldos migratórios positivos para ambos os grupos de cidades. Esses saldos foram importantes para aumentar bastante a taxa de crescimento populacional nas cidades médias, observando-se o quanto isto foi expressivo para aquelas nas regiões de fronteira no Norte, no Centro-Oeste e no Estado de São Paulo.

Deve-se notar ainda que, embora a imigração naquele período tenha sido predominantemente do tipo urbano-urbano, uma parcela significativa dela ainda foi do tipo rural-urbano, quer para as cidades médias, quer para as regiões metropolitanas, com preponderância da imigração intra-estadual.

A análise da absorção dos imigrantes nos mercados de trabalho desses centros mostrou que os rendimentos de imigrantes recentes e de nativos eram bastante concentrados na classe inferior da distribuição, caracterizando uma condição de elevado nível de pobreza nas cidades médias e nas regiões metropolitanas. Notou-se, entretanto, que nas cidades médias praticamente não havia uma diferença nas distribuições de rendimentos

¹⁵ Vale lembrar que a posse de carteira de trabalho foi calculada somente para os imigrantes na condição de empregados. Assim, a provável maior presença de autônomos e conta-própria entre os imigrantes mais qualificados não pode ser o fator que explique o baixo percentual de imigrantes qualificados com carteira assinada.

de imigrantes recentes e de nativos, enquanto nas regiões metropolitanas havia maior discriminação de remuneração do imigrante recente em relação ao nativo. Essa diferença para pior, entretanto, poderia ser diminuída ou eliminada no futuro, à medida que o imigrante deixasse de ser recente e começasse a apresentar as mesmas condições que os nativos. Sob esse enfoque, o futuro do imigrante com orientação para as regiões metropolitanas era melhor, o que fazia a sua opção locacional ser racional. Já para o imigrante orientado para as cidades médias, justamente pela igualdade nas distribuições dos rendimentos de imigrantes e de nativos e pelo fato de as mesmas serem mais concentradas na classe mais baixa e com menor participação relativa na classe mais elevada, a perspectiva de melhoria futura era menor. Isso certamente contribuiu em parte para impedir que as cidades médias pudessem ter um papel mais acentuado como “diques”.

Procurando evitar que as diferenças de características pessoais dos imigrantes que se dirigiram para determinados centros urbanos possam ter influenciado os resultados já citados, repetiu-se a análise para conjuntos homogêneos de imigrantes. Uma análise comparativa da quantidade e da qualidade da absorção dos imigrantes nos mercados de trabalho das cidades médias e regiões metropolitanas pode ser sistematizada no quadro a seguir, no qual, para cada indicador e grupo de imigrantes, é apontado onde (se nas cidades médias ou regiões metropolitanas) os imigrantes obtiveram maiores benefícios, comparativamente.

Para o grupo dos imigrantes rurais não-qualificados foi percebida a existência de “cidades de passagem” nas áreas de fronteira, caracterizadas por um maior grau de instabilidade no mercado de trabalho, assim como observou-se a maior vantagem de trabalho formal nas regiões metropolitanas, que apresentam maior cobertura legal para os trabalhadores. Isso pode ter influenciado os fluxos migratórios, que podem ter sido atraídos por qualidades extra-salariais dos empregos ofertados. Como adendo a essa hipótese, a análise dos diferenciais de rendimentos nas cidades médias e nas regiões metropolitanas foi conclusiva no sentido de apontar que para os movimentos rurais-urbanos a escolha das metrópoles como destino dos fluxos migratórios mostrou-se vantajosa, em termos de salários, o que reforçou a escolha feita pelos imigrantes.

Já para o grupo mais expressivo de imigrantes, aqueles do tipo urbano-urbano, as cidades médias apresentaram maior receptividade, excetuando-se o aspecto da cobertura legal das relações trabalhistas. Para a análise

INDICADORES	RURAIS NÃO-QUALIFICADOS	URBANOS NÃO-QUALIFICADOS	URBANOS QUALIFICADOS
Taxa de ocupação	Regiões metropolitanas	Cidades médias	Cidades médias
Posse de carteira de trabalho	Regiões metropolitanas	Regiões metropolitanas	Regiões metropolitanas
Menor proporção de pobres (percentual de imigrantes na classe inferior)	Regiões metropolitanas	Cidades médias	Cidades médias
Maiores oportunidades (percentual de imigrantes nas duas classes superiores)	Regiões metropolitanas	Cidades médias	Regiões metropolitanas

dos resultados relativos à questão salarial, devem ser considerados ainda os diferenciais de custo de vida entre cidades médias e regiões metropolitanas. Tais resultados indicam possuir as cidades médias papel estratégico para os rumos da desconcentração urbana nacional. Embora a melhor colocação do imigrante nas cidades médias tenda a se difundir como informação (pessoal ou “midiática”), sustentando movimentos migratórios futuros para estes centros, as políticas urbanas pró-desconcentração deveriam sustentar, direta ou indiretamente, este papel exercido pelas cidades médias.

Nesta etapa de investigação não se dispõe ainda de elementos teóricos e empíricos suficientes para explicar seguramente os fundamentos que tornam, comparativamente, as cidades médias mais receptivas ao imigrante não-qualificado de origem urbana e as regiões metropolitanas mais receptivas àqueles imigrantes não-qualificados de origem rural. Um dado a ser investigado é a participação de imigrantes de origem metropolitana, ou de outros grandes centros, no total de imigrantes que se destinaram às cidades médias. Uma possibilidade, que requer investigação, é que parte significativa dos imigrantes urbanos que chegam às cidades médias seja formada por ex-moradores dos grandes centros urbanos nacionais, para os quais a experiência de terem vivido nesses centros contribui para valorizar sua posição nos mercados de trabalho das cidades médias. Outra possibilidade reside na maior diversidade de atividades nas regiões metropolitanas *vis-à-vis* as cidades médias, o que permitiria, nas áreas metropolitanas, maiores oportunidades ao grupo extremamente vulnerável de imigrantes não-qualificados de origem rural.

Quanto aos imigrantes mais qualificados, observou-se que, provavelmente, sua melhor inserção nos mercados de trabalho metropolitanos esteve associada às melhores alternativas ofertadas nesses mercados, mais segmentados e especializados.

Os resultados deste estudo reforçam a importância dos investimentos em qualificação da mão-de-obra como medida para sanar o nível de pobreza nos centros urbanos nacionais. Como adendo sugere-se ser desejável construir políticas diferenciadas de orientação para a população imigrante, sejam essas diferenças ditadas pela situação (rural ou urbana) de origem, ou pelo destino (cidades médias ou regiões metropolitanas), priorizando, contudo, o apoio aos imigrantes rurais que chegam às cidades médias brasileiras.

Bibliografia

- ANDRADE, T. A., SERRA, R. V. *O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998a (Texto para Discussão, 554).
- . *Crescimento econômico nas cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998b (Texto para Discussão, 592).
- CAMARANO, A. A., ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997, mimeo.
- FERREIRA, M. Rede de cidades em Minas Gerais a partir da realocação da indústria paulista. *Nova Economia*, edição especial, Belo Horizonte, 1996.
- GUIMARÃES NETO, L. O grande capital vai à periferia (regiões, conglomerados, grandes empresas e o estado). ANPEC, *Anais do XXI Encontro Nacional de Economia*, 1993.
- IPEA/IBGE/NESUR. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1999.
- MATTA, M. *Migrações internas no Brasil: aspectos econômicos e demográficos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1973 (Coleção Relatórios de Pesquisa, 19).